

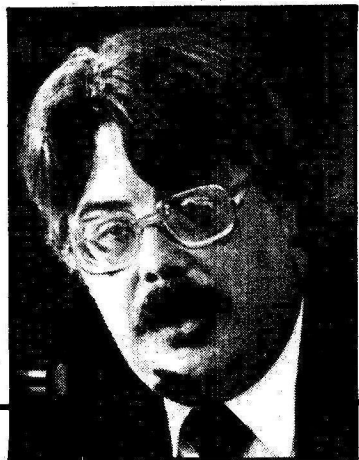
# Pastore adverte credores sobre a renda 'per

BRASÍLIA — O Presidente do Banco Central, Affonso Celso Pastore, transmitiu uma mensagem bastante clara aos bancos internacionais: o País enfrentará pressões sociais indesejáveis, caso não seja possível retomar o crescimento da renda per capita nacional, a partir do próximo ano.

A mensagem é a abertura da nova edição do documento sobre o programa de ajustamento brasileiro, distribuído periodicamente à comunidade financeira internacional e divulgado ontem pelo Banco Central. O documento faz um balanço positivo do desempenho da área externa da economia brasileira, especialmente da balança comercial.

Esta é a primeira referência explícita do Presidente do Banco Central à necessidade de recuperação da renda per capita brasileira. Pastore lembra, na mensagem enviada a 1.500 banqueiros, que este índice está em declínio desde 1981, e deve cair mais 1,5 por cento este ano. Ele explica que, enquanto o Produto Interno Bruto (PIB) crescerá um por cento este ano, a expansão demográfica será superior a dois por cento.

O documento prevê para 84 um déficit em transações correntes (resultado da balança comercial e das despesas com serviços, fretes e royalties) de US\$ 2,7 bilhões, enquanto a estimativa inicial era de um saldo negativo de US\$ 5,3 bilhões.



**“É fundamental que o País volte a crescer a uma taxa superior à expansão demográfica, para evitar pressões sociais indesejáveis”**

AFFONSO CELSO PASTORE, Presidente do Banco Central

A dívida externa crescerá apenas US\$ 5,3 bilhões este ano e não US\$ 6,8 bilhões como se previa, totalizando US\$ 98,8 bilhões até dezembro.

O déficit público nominal (incluindo as correções monetárias e cambial) alcançou Cr\$ 23,2 trilhões no fim do primeiro semestre, diz o documento, com uma folga de Cr\$ 549,8 bilhões em relação ao teto fixado para o período. As despesas das empresas estatais até março, excluindo-se a Previdência Social e os bancos oficiais, chegaram a Cr\$ 11,4 trilhões, 18,1 por cento do total estimado para o ano.

## OS PERCENTUAIS DA DÍVIDA

(US\$ bilhões)

	83 (PREVISÃO INICIAL)	84 (NOVA PREVISÃO)	84 (NOVA PREVISÃO)
Total	91,6	100,0	98,8
Registrada (médio prazo)	81,3	93,9	91,6
Não registrada (curto prazo)	10,3	6,9	7,1

Fonte: Banco Central

1

## Guerreiro vai a Mar del Plata debater posições

BRASÍLIA — O Ministro das Relações Exteriores, Saraiva Guerreiro, participará, nos dias 13 e 14, da reunião dos 11 países latino-americanos em Mar del Plata, na Argentina, quando se discutirá a evolução da dívida externa da região a partir do Encontro de Cartagena, em junho passado.



Saraiva

Na reunião de Mar del Plata, os participantes — Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Colômbia, Equador, México, Peru, República Dominicana, Uruguai e Venezuela — definirão uma maneira concreta de atuação em algumas conferências internacionais, entre elas a próxima Assembleia Geral das Nações Unidas (ONU), e a reunião anual do Fundo Monetário Internacional (FMI), no fim deste mês.

Uma fonte do Itamaraty informou que, em Mar del Plata, os 11 países analisarão aspectos relacionados à proposta de diálogo com os governos dos países credores sobre os múltiplos aspectos e consequências econômicas, sociais e políticas do endividamento externo da América Latina. Buscarão também um meio de retomar o crescimento econômico.

A fonte observou que os latino-americanos tentarão estabelecer o diálogo direto em futuro próximo e não negociações técnicas específicas. Disse ainda que os governos dos países credores classificaram a reunião de Cartagena de “construtiva, sóbria e realista”. Na opinião do Itamaraty, não há a possibilidade de formação de um clube de devedores.

2

## Galvêas crê em boas condições para negociação

BRASÍLIA — O Ministro da Fazenda, Ernane Galvêas, acredita que o Governo brasileiro poderá obter, até o fim do ano, melhores



Galvêas

condições para o refinanciamento de sua dívida externa, negociando a capitalização dos juros (sua incorporação ao total da dívida) dos empréstimos que vencem a partir de 85. Enfatizou, contudo, que a capitalização depende da aceitação dos credores e não da imposição das autoridades brasileiras.

Ao comentar as condições obtidas pelo México, na renegociação de sua dívida externa, Galvêas mostrou-se otimista com a adoção da Libor (taxa de juros do mercado londrino do eurodólar) em substituição à prime rate (taxa preferencial dos Estados Unidos) geralmente superior à primeira.

O Ministro voltou a defender a renegociação plurianual da dívida externa, a exemplo do que fez o México, como forma de dar ao País maior tranquilidade em relação aos financiamentos que vencem nos próximos anos, e não apenas em 1985.

Galvêas garantiu que, em relação à possibilidade de capitalização dos juros, as autoridades brasileiras já sabem que só alguns bancos e países credores do Brasil concordam com a medida. Caso o clima seja favorável entre os credores estrangeiros a partir de outubro, quando o Governo pretende iniciar a renegociação de sua dívida, se poderá propor não apenas a capitalização mas também prazos mais longos de pagamento.

3

## Langoni defende etapa política para negociação

BRASÍLIA — O Brasil tem condições de liderar o novo processo de renegociação do endividamento externo dos países em desenvolvimento, adotando orientação política, já que se esgotaram as margens estritamente técnicas de entendimento. A opinião é do ex-Presidente do Banco Central, Carlos Geraldo Langoni, que considerou “decepcionantes e convencionais” os termos da recente renegociação do México.



Langoni

Langoni deixou claro que o ponto fundamental na nova fase de renegociação é a redução das despesas com o pagamento de juros. Sem isso, prevê que o poder de decisão, continuará nas mãos dos credores internacionais, impossibilitando o País de retomar o desenvolvimento.

— Não é possível que o ajuste recaia apenas sobre os países em desenvolvimento.

Para Langoni, o México conseguiu “muito pouco” na última rodada de negociação com os banqueiros internacionais, frustrando as expectativas. A questão dos juros não foi tocada no acerto final entre o país e os bancos, embora os mexicanos tenham registrado algum avanço nos prazos de pagamento de sua dívida, afirmou.

A alternativa para “quebrar” o ciclo atual de renegociação da dívida externa dos países em desenvolvimento — disse Langoni — é uma ação política comum. O Brasil, pelo peso de sua economia e projeção no quadro internacional, poderia liderar, segundo ele, esse processo.